

A MODERNIZAÇÃO NA ERA DAS INCERTEZAS: CRISE E DESAFIOS DA TEORIA SOCIAL

DANIEL CHAVES DE BRITO *
TÂNIA GUIMARÃES RIBEIRO **

INTRODUÇÃO

A percepção de alguns pensadores levou à construção de críticas e desconfianças *dentro* da própria modernidade, quando em meados do século XIX e XX, Nietzsche, Weber e outros manifestaram seu ceticismo quanto às realizações dessas racionalizações, que geram incertezas, refletindo num debate secular sobre a função da razão na modernidade e sua capacidade de emancipação. É verdade que muitos dirão que a paz e a segurança sugeridas no projeto da modernidade nunca existiram, dado o próprio terreno onde ela se desenvolveu: um cenário de compressão do tempo e do espaço, compartilhado pelos homens modernos, que ao prometer aventura, poder, transformação e auto-transformação, também coloca em constante ameaça o homem e suas realizações.

O que se propõe neste trabalho é criticar as Teorias do Desenvolvimento amparadas nos pressupostos da modernidade e, a partir desta análise, situar algumas das principais alternativas que discutem a possibilidade ou não de uma nova teorização sobre o desenvolvimento. Alertamos, no entanto, ao leitor mais ávido por um porto seguro onde ancorar suas agruras desencadeadas pela modernidade, que esta nova teorização ainda não se encontra firmemente delineada nesse oceano enevoado, onde se pode contar apenas com alguns feixes de luz ao longe, tal como os faróis em alto mar que apenas indicam uma rota, mas não garantem uma chegada segura.

O DESENVOLVIMENTO COMO IMPULSO À MODERNIZAÇÃO

O desenrolar da modernidade, aliada à ciência e à técnica, fornece garantias ao progresso, avalizando o mercado e o Estado como elementos aliados e

* Doutor pelo PDTU/NAEA/UFPA, Professor do Dpto. de Ciência Política e do Mestrado de Sociologia do CFCH/UFPA.

** Mestre em Sociologia pelo Mestrado em Sociologia do CFCH/UFPA e Profa. do Dpto. de Sociologia do CFCH/UFPA.

Recebido em 12/07/2002 e aceito em 20/11/2002.

organizadores da sociedade (DOMINGUES, 1998) que devem atuar no sentido de realizar a vocação inovadora do homem moderno que, ao romper com as amarras da tradição, deve a tudo e a todos transformar (homem fáustico), incansavelmente, para saciar os seus desejos e enriquecer a nação. A ciência é quem pode fornecer ao homem um amparo moral e ético, uma crença, enfim, não mais em Deus, é certo, mas no próprio homem. Tudo isto visando aplacar o vazio, a angústia, a perda de sentido derivados do desencantamento do mundo, que no século XIX foi analisado por Weber (1980; 1983; 1991) de forma intensa. E assim, visando o progresso e o futuro, propõe-se a adequação dos meios, do presente, para a felicidade prometida na realização dos fins. Esta idéia pode ser identificada nas raízes das diversas escolas da teoria do desenvolvimento/modernização, clássica e contemporânea, cujas bases teóricas e práticas são atualmente questionadas pelas críticas ao projeto da modernidade.

Hoje, porém, os homens modernos constatarem estarrecidos que sua angústia é crescente e que não mais possuem nem o amparo da promessa de realização de um futuro virtuoso, simplesmente ancorado no suposto da razão, no progresso, no individualismo, na igualdade e na ciência, como elementos derivativos de um entendimento filosófico, tal como Hegel os conceitua. Pois este entendimento se afigurava como um complexo processo de tomada de consciência histórica do homem moderno, a *autocertificação* moderna, que demarcou um estágio diferencial com todos os outros períodos de existência humana. Entende-se o processo de *autocertificação* como aquele que resulta em transformações, tanto no nível do pensamento quanto no nível histórico, que impulsionam um processo radical de separação com a história da humanidade anteriormente vivida (Habermas, 1990) e afirmativa da “superioridade do homem”. O entendimento da *autocertificação* fica evidente nas palavras de Bacon, o arauto da modernidade (ADORNO & HORKHEIMER, 1985). Ao anunciar que a natureza pode ser dominada, Bacon retira de Deus e passa às mãos do homem o poder de imputar um **sentido** ao mundo. No entanto, as vozes dissonantes que vão se construindo dentro da própria modernidade minam o alento do homem moderno ao ponto de este chegar, na atualidade, a colocar em xeque as próprias instituições modernas, numa discussão onde aparecem as mais variadas alternativas de superação da crise da modernidade e das Teorias do Desenvolvimento, em um terreno cheio de incertezas e riscos.

Assim, mediante estas considerações, a revisão do conceito de desenvolvimento, entendido como impulso à modernização, na atualidade, passa inevitavelmente por uma nova fundamentação da relação entre os homens e da relação entre estes e a natureza. Diante do desmantelamento do projeto civilizatório da modernidade, as críticas se convergem para um ponto principal, que são os efeitos não-intencionais provocados pelo processo de racionalização cujas consequências negativas ou perigosas (GIDDENS, 1991) atingem tanto o meio-ambiente como os próprios homens. Mas, como num paradoxo, é a partir daí que se constituirão as divergências em suas proposições, ao defenderem desde o redimensionamento dos propósitos modernistas e sua retomada (como Habermas), até a necessidade de instituir definitivamente a sua superação, como querem os pós-modernistas. É importante observar, porém, que tais alternativas não constituem ainda um novo paradigma,¹ mas apenas conceitos que

objetivam conformar diversas visões sobre o empreendimento do desenvolvimento/modernização. Questiona-se, então, o desenvolvimento viabilizado no projeto da modernização industrial e/ou capitalista que, como modelo global de evolução das sociedades, cumpriu apenas parcialmente os seus intentos. Isso leva à rediscussão de elementos das instituições modernizadoras, tais como: a democracia, a contingência social e o individualismo, o papel organizador do Estado e da economia na sociedade, assim como as oposições que se gestam no interior da modernidade, legando à sociedade uma escolha radical e penosa, principalmente aquelas imersas em situações mais repressoras que colocam em oposição *modernização x democracia*, como no caso dos países da América Latina (DOMINGUES, 1998: 208).

Isto posto, ao entender-se o desenvolvimento como um empreendimento eminentemente da modernidade, intenta-se discutir o conceito de desenvolvimento na atualidade no âmbito da crise epistemológica por que passam as Teorias da Modernização e, também, da propalada crise da modernidade. Assim, o conceito de desenvolvimento é assumido como um elemento modernizador pautado no progresso e aprimoramento da técnica. Com isto, torna-se indispensável situar a discussão em torno das teses da sustentabilidade, que em sua variedade convergem para a possibilidade de um outro paradigma de desenvolvimento amparado no tripé *eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social* (BRUNDTLAND, 1991).

A discussão sobre o meio-ambiente, incluindo-se aí o homem, intensifica-se e ganha uma maior importância nas três últimas décadas do século XX diante da ampliação da crise ambiental e social que deu vazão à perda de confiança no desenvolvimento econômico, que produziu conseqüências destruidoras não somente para o meio ambiente, para a paisagem natural, mas também para a esfera moral, a ordem social e a saúde humana (LEIS, 1996: 81). As preocupações resultantes deste processo —e que são as mesmas desde a sua origem no século XIX, quando o ambientalismo assume uma condição mais global— contribuíram para a construção de uma estética ambientalista² que, combinando análises de artistas, cientistas e políticos, moldou uma visão de mundo que intenta superar o dualismo herdado da modernidade formado pela natureza (a ser subjugada) e a sociedade (do homem dominador). Esta oposição, assentada no paradigma cartesiano que produziu um corte radical entre natureza e sociedade, havia “propiciado poderosamente o exercício ilimitado da dominação humana que o avanço das forças produtivas requeriam” (LEIS, 1996: 76). Trata-se de uma visão antropocêntrica, aliada a uma perspectiva evolucionista dominante no pensamento ocidental que, ao construir esta dualidade, vê o avanço civilizatório como um processo que parte da vida selvagem (natural) para o conforto e segurança das cidades.

O discurso da sustentabilidade se contrapõe à Teoria do Desenvolvimento tradicional. Ao agregar novos elementos a este conceito, ou mesmo pretender elaborar uma nova Teoria do Desenvolvimento que proponha a sua reinvenção, ele tem como perspectiva uma correção no rumo do desenvolvimento. No entanto, o que assistimos é a dificuldade para que tais formulações de fato alcancem esse patamar em vista da ausência de força analítica do conjunto das teses. Isto é decorrente da idéia do

desenvolvimento sustentável agregar internamente diferentes composições que determinam a diversidade de conceitos e práticas, fruto também de variadas representações e valores associados à noção de sustentabilidade e produzidos entre alguns atores —as agências multilaterais, consultores técnicos, ideólogos do desenvolvimento, organizações não-governamentais, cientistas, movimentos sociais— sem que haja ainda hegemonia entre os discursos (ACSELRAD, 1995: 2). Como argumenta Brüseke (1996: 293-4), “a teoria do desenvolvimento sustentável não é uma teoria *stricto sensu*. Ela tem um caráter bastante apelativo e é basicamente fruto de um pensamento normativo”. Com isto, o que se observa é a fragilidade conceitual em vista de que “a remoção da pobreza (tradicional objetivo do desenvolvimentismo), sustentabilidade e participação são, realmente, os três objetivos do paradigma do desenvolvimento sustentável. Infelizmente a maneira pela qual estes objetivos são conceituados e operacionalizados deixa muito a desejar”³ (LÉLÉ, 1991: 614).

No que pesem as críticas, porém, deve-se reconhecer o valor heurístico de muitas dessas teses e até a função de “guia” para uma discussão construtiva sobre o futuro do desenvolvimento. Pois é evidente a crise teórica e prática que vive a sociedade moderna, a chamada crise da modernidade e modernização, cuja percepção se torna ainda mais contundente diante do discurso da sustentabilidade que colabora para o reconhecimento de seus limites pois, se não aponta necessariamente para a superação desse projeto, impõe o questionamento de seus supostos que perderam o caráter dominante de explicação da atual sociedade. Um dos grandes impulsos para essa situação é a desestruturação social, econômica e ambiental que corroboram, na teoria, as análises pessimistas quanto à permanência da idéia de progresso que embala todo o projeto da modernidade e, na prática, o planejamento do desenvolvimento para a modernização das sociedades. No entanto, para que se reúna uma argumentação que provoque, de fato, as mudanças há tempos prometidas pelas ciências humanas (sociais), é necessário ir além da constatação da crise e propor um desfecho inovador que acompanhe as novas exigências da atual sociedade, repensando a própria prática do planejamento que se conhece. Deve-se procurar avistar um horizonte mais próximo e factível, que emane alternativas de desenvolvimento sob outra prática e outro pensar.

Neste quadro, percebe-se que as mudanças que estão ocorrendo têm uma função mais cosmética, “esverdeando” os discursos e os estilos, sem gerar mudanças profundas que de fato ampliem as perspectivas para a construção de um novo estilo de vida: “Poder-se-ia afirmar que convivemos ainda com duas realidades contrapostas. Por um lado, todos concordam em que o estilo atual esgotou-se e é decididamente insustentável, não só do ponto de vista econômico e ambiental como (e principalmente) no que se refere à justiça social. Por outro lado, não se adotam as medidas indispensáveis para a transformação das instituições econômicas, sociais e políticas que deram sustentação ao estilo vigente” (GUIMARÃES, 1995: 117). Estas afirmativas corroboram a idéia de que o discurso da sustentabilidade auxilia na identificação do “mal-estar da modernidade” que se amplia hoje, a ponto de também ser uma unanimidade entre os mais diferentes atores, no que pesem as diversas propostas e saídas para a crise. Colocam em xeque as estratégias desenvolvimentistas concebi-

das dentro dos padrões da modernidade, ou seja, identificadas com o progresso, com a crescente racionalização do mundo da vida (HABERMAS, 1987a) que vai desembocar na modernização da industrialização. Tais estratégias colocam-se diante do impasse criado, tanto pela sua realização parcial quanto pelos efeitos não-intencionados, que na atualidade devem ser checados no sentido de se resgatar valores tais como o da própria justiça social. No entanto, percebe-se que, se são válidas as diversas críticas ao desenvolvimento convencional, também há de se reconhecer que o discurso da sustentabilidade não contém substancial força para impor, ainda, um novo processo. Está envolto na própria crise da qual quer ser uma alternativa de superação.

CONFLITO E CRISE – MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE

Como consequência dos desenvolvimentos históricos e intelectuais da modernização no século XX, constata-se que o conceito de progresso vai sendo substituído pelo conceito de crise, tornando-se *leitmotif* desta época (SZTOMPKA, 1998: 73). Mas, paradoxalmente, a constatação da crise empírica acabou por aumentar a produção de mais artefatos, aumentando o risco e acelerando e universalizando os conflitos. Assim, a idéia da crise propagou-se, alcançando as mais diversas regiões e patamares intelectuais, tornando senso comum o pessimismo em torno da crise econômica, política e cultural. John Holton corrobora esta idéia: “O pensamento social contemporâneo está dominado, se não obcecado, pela idéia de crise (...) um dos sintomas mais marcantes dessa época de discurso de crise e de normalização da crise é o colapso das narrativas otimistas de mudança social e de evolução histórica” (HOLTON apud SZTOMPKA, 1998: 73).

É aí que o terreno das argumentações utilizadas pelos pós-modernistas sobre o que chamam de fim dos grandes relatos se fertiliza (LYOTARD, 1990; BAUDRILLARD, 1993), ao postularem o fim da modernidade. Críticas que, no entanto, não se gestam isoladas de outros “reparos” feitos de “dentro” da própria modernidade, até constituir, hoje, o mote das discussões entre os que prevêm a possibilidade de continuidade ou a retomada do projeto da modernidade. Neste ponto é importante abrir espaço para a querela entre os modernistas e os pós-modernistas para que se possa situar, também, um outro nível de crítica que se realiza ao paradigma de desenvolvimento. A polarização entre a aceitação e a não-aceitação dos supostos da modernidade aprofunda as críticas e abala as crenças nas teses desenvolvimentistas, principalmente ao questionar a racionalidade e seus efeitos sobre a sociedade atual. A disputa serve de *background* para a própria discussão da sustentabilidade, e se acirra na atualidade em decorrência da enorme distância que se criou entre as promessas iluministas e a delicada situação de risco em que se colocou a sociedade como um todo, resultado dos efeitos não-intencionais da modernização industrial.

Em Weber (1983), a modernização tem como princípio estruturador a racionalização crescente, dominada pela racionalidade de fins e meios, tornando-se uma racionalidade instrumental (*zweckrationalität*). Assim, Weber entende que a modernidade é o próprio mundo racionalizado da economia capitalista, do Estado

burocrático moderno, das “esferas de valor” da ciência, arte e moral, e, ainda, caracterizado pela formação de uma estrutura de personalidade baseada na conduta de vida metódico-racional, sendo um fenômeno típico do Ocidente (HABERMAS, 1987a; 1987b). Seguindo este pensamento, a modernização é um processo de mobilização dos componentes sócio-econômicos numa determinada direção, cujo resultado mais imediato pode ser visto pelo aumento da produtividade do trabalho e a ampliação das redes produtivas. O que não significa dizer que há um sentido imanente no processo de modernização, pois o sentido visado pelos seus atores se diferencia pela motivação e pelo sentido. Como observa Elias (1993), inexistente nesse processo um princípio organizador que tivesse coordenado racionalmente o início da modernidade. O que ocorreu é que, com seu desenrolar, a modernização industrial foi assenhorada pelo capitalismo, impondo como dinâmica o ideal econômico, cujo resultado foi o aumento da produtividade e a maximização do lucro.

Diante do que já conhecemos, as conseqüências advindas daí geraram paradoxos: no intuito de desmistificar o mundo através da razão emancipativa, da ciência e da técnica, o que acabou por acontecer foi um desvirtuamento dos princípios iluministas, que ao invés de libertar o homem, igualando-os em função de sua humanidade, gerou um mundo desencantado, uma gaiola de ferro, que relega ao homem o risco artificialmente criado por ele mesmo. E é nas possibilidades de resolução desse problema que se colocam as dissonâncias. Tendo como base a teoria da modernidade de Weber, Habermas (1987a) entende essa dinâmica como decorrente da racionalização parcial gerada na modernidade, e não como um desígnio próprio do projeto iluminista.

Habermas conduz uma crítica incisiva ao discurso pós-moderno, concebendo-o, decisivamente, como uma antimodernidade, pois que, ao originar teorias do pós-iluminismo, da pós-história, gera um novo conservadorismo. Dessa forma, Habermas ratifica seu pensamento, ao dizer: “Julgo infundada a tese da pós-modernidade. Nem a estrutura do espírito da época, nem o modo de debater as futuras possibilidades de vida se modificaram; nem as energias utópicas em geral retiraram-se da consciência da história. Antes pelo contrário, chegou ao fim uma determinada utopia que, no passado, cristalizou-se em torno do potencial de uma sociedade do trabalho” (HABERMAS, 1987a: 105). Portanto, Habermas compreende que os pós-modernos pretendem se desfazer de um passado, sem que ainda possam na atualidade dar-lhe um novo nome, e nem mesmo apontar soluções para os problemas futuros, para os quais não se têm respostas presentemente. Observa, então, que esses gestos “pós” decorrem de despedidas apressadas, adequadas aos períodos de transição, como o que apreciamos contemporaneamente. “À primeira vista os ‘pós-modernos’ de hoje apenas repetem o credo dos assim chamados ‘pós-racionalistas’ de ontem” (HABERMAS, 1987d: 115).

O autor corrobora este pensamento ao constatar que, apesar dos pós-modernistas atribuírem-se uma posição transcendente, na realidade permanecem dependentes dos pressupostos, validados por Hegel, da autocompreensão moderna, entendendo esse posicionamento pós-moderno como apenas de “revolta” à modernidade. “Pode muito bem ser que eles estejam pura e simplesmente a disfarçar sob a capa do

pós-iluminismo a sua cumplicidade com uma venerável tradição do contra-iluminismo” (HABERMAS, 1990: 16). Dessa forma, a posição dos pós-modernistas é um retorno ao culto de mitos, à metafísica, e até ao irracionalismo. No entanto, no que pese o vigor da argumentação de Habermas, muitas críticas são dirigidas ao seu projeto de retomar os princípios iluministas da modernidade, pois, entre outras teses, aponta-se a impossibilidade de uma livre discussão racional apaziguar o enorme conflito de interesses e valores entre classes sociais, diferenças de posições morais, religiosas ou políticas, reinantes. Nesse sentido, acusam-no de defender uma utopia assentada em ilusões liberais do racionalismo do século XIX (LÖWI, 1992) e, ainda, de que sua obra carrega uma grande valoração moral e otimista, opondo-se ao objetivo científico, pois a visão do mundo social surte como resultado da ação de atores ou sujeitos conscientes e/ou forças sobre as quais eles exercem algum tipo de controle (LEIS, 2000: 6). Tais análises se juntam às discussões dos pós-modernos que veremos a seguir.

Os pensadores da pós-modernidade argumentam em outra direção àquela proposta por Habermas, o que pode ser visto através de dois de seus principais pensadores. F. Lyotard observa: “Simplificando ao extremo, considera-se ‘pós-moderna’ a incredulidade em relação aos meta-relatos” (LYOTARD, 1990: xvi). Ele posiciona-se contra o que designa como as meta-narrativas⁴ filosófico-metafísicas, de caráter totalizante e pretensões atemporais e universalizantes. Nesse confronto, aponta para a busca de novos enquadramentos teóricos que faz paralelo à constatação da crise de conceitos essenciais do pensamento moderno — como razão, sujeito, totalidade, verdade, progresso. Esta busca se enquadra na própria mudança do “estatuto do saber” provocada pelo ingresso das culturas na era pós-moderna. Segundo Lyotard, tal passagem ocorre pelos fins da década de 50, quando as sociedades atingem a idade pós-industrial, ressaltando, contudo, a diacronia do fenômeno pelos diferentes países, e nestes, pelos diversos setores de atividade (LYOTARD, 1990: 3). Uma das origens mais importantes na formulação da crítica pós-moderna⁵ vem da influência de F. Nietzsche, na medida em que entendem que este autor, ao trabalhar o discurso da modernidade, tenta alterar essa argumentação pela base, fornecendo munição aos pós-modernistas. Isto porque Nietzsche propõe um rompimento com o espírito moderno ao perceber que todas as concepções de razão anteriormente elaboradas fracassam em seu intento de “aprimoramento da humanidade”. Assim, ao invés de optar por submeter “a razão centrada no sujeito a uma crítica imanente, abandona o projeto em sua globalidade” (HABERMAS, 1990: 91), renunciando, então, a uma nova revisão do conceito de razão. Com isto, Nietzsche põe em dúvida a possibilidade da modernidade criar seus padrões a partir de si própria, propondo uma crítica contundente a este conceito de razão enquanto tal.

Na perspectiva aberta por Nietzsche é que enveredam os pós-modernos — e até os defensores da modernidade — em suas críticas ao projeto modernista. Dele são retomados alguns posicionamentos, tais como atitudes anti-metafísicas, pessimistas, céticas e niilistas, voltando-os para o aniquilamento dos valores referenciais à modernidade, como também para sua “desocultação”. Pois os conceitos de Unidade e Verdade, por exemplo, quando “investigados”, deixam à mostra a perversão oculta da

“vontade de poder”. De posse desses elementos é que os pós-modernos afirmam a particularidade de seu discurso, levando-os à total aceitação do efêmero, do fragmentário, do caótico, sem se imporem a transcendê-lo, mas, ao contrário, a retirar dessas ondas de descontinuidade matéria-prima para o seu discurso, sempre enfatizando a impossibilidade de lidar com essa realidade através do pensamento racional. Esta peculiaridade os conduzem a atacar severamente as meta-narrativas ou meta-teorias, as quais teriam a função de conectar ou representar todas as coisas, argumentando em favor da proliferação, da pluralidade, das lutas localizadas.

Além desses autores e argumentos, inúmeras são as correntes que sob a denominação de pós-modernos posicionam-se contra o projeto iluminista da modernidade. Ou, em termos pós-modernos, o logocentrismo ocidental, contra o qual o filósofo Jacques Derrida inicia o movimento do desconstrucionismo, sob a influência da leitura de Martin Heidegger. “Desconstruir” significa não a destruição do discurso filosófico ocidental, mas trazer à tona “o não-dito por trás do que foi dito, buscar o reprimido sob o que foi falado” (FERREIRA DOS SANTOS, 1982: 71). Para Derrida, a colagem/montagem é a modalidade primária do discurso pós-moderno. E, como se viu, é sob esse ‘sentido’ que esses pensadores vêm a superação da filosofia e cultura ocidental. Diante deste fato, uma importante crítica que se faz a esse pensamento é a de que a caracterização que possui sobre os países industrializados do Norte (ricos) como pós-moderno ou pós-industrial não corresponde aos do Sul (pobres). Segundo Schuurman (1993: 26), “Pelo contrário, o que simboliza esses países é um projeto de modernidade cancelado, pois, os Ideais do Esclarecimento como Liberdade, Igualdade e Fraternidade estão fora de seu alcance, diferente da situação no Norte. A comparação do fracasso do projeto de modernidade no Sul com a condição pós-moderna demonstra uma tamanha simplificação ou uma conduta de desmobilização política e conservadora”⁶. Porém, Schuurman alerta que sem ser necessário adotar todo o receituário pós-moderno, ainda assim suas teses ajudam na compreensão sobre o desenvolvimento.

Na disputa entre os que defendem a retomada do projeto da modernidade e aqueles que já sentem a presença da pós-modernidade, talvez somente a **certeza** da crise e da necessidade de se criar, ou reanimar, mecanismos de interpretação e atuação para a realidade atual constituem uma preocupação comum aos homens modernos, pois ainda é obscura e conturbada a decisão legada aos que se preocupam com o futuro das sociedades. E o que se ressalta dessa discussão, mais do que o posicionamento a favor ou contra estas duas interpretações, é a possibilidade de apropriar-se de ambos os discursos para uma possível leitura da realidade atual, entendendo que ainda não se configura um corpo teórico que possa superar os entraves que a modernização criou, mas que diversos instrumentos vão se construindo, cabendo-nos juntar as peças. Então, como pensar uma estratégia desenvolvimentista nesse contexto de crise?

CONTINGÊNCIA E RISCO “ARTIFICIAL”

As críticas construídas sobre o cenário instaurado pela Alta Modernidade, como se vem notando, acirram-se nas últimas décadas, com desdobramentos para

várias direções, o que torna difícil precisar ou “enquadrar” as diversas possibilidades e projetos para repensar o desenvolvimento. Mas nota-se que as mais diferentes vias contornam a discussão, pautando a sustentabilidade em paralelo ao debate para uma ruptura paradigmática, ou senão, pelo menos, em direção a uma crítica epistemológica. Nas décadas de 80 e 90 diversas propostas se fortaleceram no sentido de discutir e superar as incertezas da teoria social. Alguns pontos dessas propostas, nos quais nos detemos, são fundamentais para a discussão atual sobre o conceito de desenvolvimento, que se cristalizou como um processo de modernização e, portanto, orientado por um conjunto de transformações nas estruturas sociais e nas formas de comportamento que acompanham a acumulação no sistema de produção. Isso acarreta um processo cultural e histórico apoiado na dinâmica da inovação técnica a serviço de um sistema de dominação social, visando, em última análise, destruir os riscos contingentes proporcionados pelo mundo natural, ou em outros termos, banir a irracionalidade. O argumento reaparece na discussão atual, na expectativa de se abrir caminho para outras racionalidades (como no discurso pós-moderno), mas, argumenta Brüseke, “o oposto da racionalidade não é uma outra racionalidade, o oposto é tudo aquilo que o processo da racionalização sacrificou, identificando-o como mágico, diabólico, louco, paradoxal, inexplicável, absurdo, ilógico, emocional, com uma palavra: irracional” (BRÜSEKE, 2000: 11).

Uma forma de se contribuir para o debate sobre o desenvolvimento é identificar as transformações que ocorreram no interior da modernidade, a qual não realizou as ‘promessas’ de progresso infinito, e entender a convivência com os riscos que, agora, não são somente os advindos do mundo natural, mas principalmente aqueles humanamente criados, ou seja, o risco ‘artificial’ que fugiu ao controle do homem. Tal risco foi construído pelo processo de desenvolvimento da ciência, da técnica, pelo seu desdobramento na indústria, que aceleram o potencial da poluição, das guerras *high tech*, da bomba atômica, etc., e vão compor a “sociedade do risco” como argumentam diversos autores⁷. Pois é a partir do entendimento de que a modernidade atual se tornou reflexiva —ou seja, confronta-se com os próprios mecanismos criados pela modernização racionalizada e, ao adquirir a ‘consciência do risco, torna-se um problema para si mesma— que analisamos as possibilidades de se retomar uma discussão alternativa de desenvolvimento.

Para tanto é necessário partir do entendimento do atual estágio da modernização, resgatando uma tese que Norbert Elias (1993) observara de que a modernidade não possuiu um princípio organizador, ela nasceu “espontaneamente”, mas foi sendo a seguir conduzida por uma direção particular, isto é, por uma dinâmica autônoma ocasionada por uma rede de relacionamentos, onde uma mudança psicológica gerou transformações específicas nas regras de convivência entre as pessoas, mediante a domesticação dos afetos, do emocional, pelo crescente controle exercido pela racionalização. No entanto, Elias entende que há um sentido na história, pois, apesar da contingência de seu momento inicial, houve a seguir, e a longo prazo (“curva de civilização”), um (re)direcionamento do desenvolvimento civilizatório, concretizando o capitalismo industrial. Assim, entende-se que a civilização, via moderniza-

ção e planejamento, foi uma tentativa de se domar a sociedade. Mas será que é possível argumentar no sentido de que a tentativa de superar a contingência inicial do projeto da modernidade não acabou por 'induzir' a novas contingências, agora criadas pelo próprio homem e que aqui se denomina de 'risco artificial'? Ou seja, os efeitos não-intencionados da modernização transformam-se na contingência do risco que talvez nos impossibilite pensar o planejamento do desenvolvimento sob as condições de modernidade em que vivemos? Ou, pelo menos, pensá-lo a partir do mesmo instrumental analítico que as ciências sociais nos legaram?

As respostas para tais questões, obviamente, não são de fácil resolução, mas algumas pistas podem ser reunidas. Assim, vislumbra-se como um meio explicativo para o desenrolar da crise do desenvolvimento a tentativa de se planejar tão agudamente a modernização, ou ainda, de tomar o processo de racionalização de todo o "mundo da vida", no sentido de extinguir toda "irracionalidade" e implantar de maneira uniforme a modernidade. Daí se desdobra a modernização com instrumentos efetivos para esse intuito, como o planejamento do desenvolvimento, que é possível ser depreendido ao se buscar a própria origem da modernidade juntamente com o conceito que se formula na atualidade de modernidade reflexiva. Esta caracteriza a contingência de todo o processo e põe em dúvida as possibilidades de se criar uma estrutura globalizante sincrônica de planejamento, dada a própria projeção eminentemente dialética da modernidade que as ideologias contemporâneas parecem afastar, desconsiderando sua dinâmica contraditória. Essa tensão será atestada por Berman (1986: 23-4) ao considerar que, diante da falta de discussões e de reflexão sobre a própria modernidades, falta ao homem moderno do século XX retomar o espírito aventureiro do século XIX. A despeito desta consideração, deve-se ater ao fato de que do "outro lado", nas ciências naturais, assiste-se ao florescimento de teses como a da Teoria do Caos, que se contrapõe à idéia de equilíbrio e afirma com otimismo o caráter criativo da desorganização dos sistemas naturais, posto que as estruturas dissipativas desempenham um papel construtivo na natureza, o que pode ser visto como uma condição para a evolução dos sistemas (Prigogine e Stengers, 1984; Prigogine, 1996).

Retomando Elias, vimos que o processo civilizatório moderno não surgiu de forma planejada, ou de uma única direção, não sendo produto da *ratio humana* (Elias, 1993: 193). Mas certamente, mesmo sem ter uma intencionalidade, as transformações provocadas pelos "novos tempos", baseadas na revolução, no progresso, na emancipação, no desenvolvimento, na crise ou no espírito de época, não se deram de forma caótica e não-estruturadas. Mas, então, "como pode acontecer que surjam no mundo humano formações sociais que nenhum ser isolado planejou e que, ainda assim, são tudo menos formações de nuvens, sem estabilidade ou estrutura?" (Elias, 1993: 194). O que se pode assegurar é que esse desenrolar é irreversível, e se estendeu a todo o globo, abarcando os costumes de todos os povos que ainda não tinham atingido o patamar de transformação das nações européias. Esses fatos, então, firmaram-se como modelo de progresso, que comandou o processo civilizatório ocidental, observável nas Teorias do Desenvolvimento social, desde a Idade Moderna até as mais contemporâneas, que predominaram até a década de 70 do século XX.

O que nos interessa mais particularmente na discussão de Elias não é a procura de um sentido para a história a longo prazo, como se propaga, nem também bradar pela recuperação do ideal otimista do progresso nas teorias sociais, mas propor a assimilação de algumas de suas teses sobre o desenvolvimento da modernidade ao seu estágio atual⁸. Essas teses se aproximam das discussões realizadas por autores que analisam o atual momento da modernização caracterizando-a como uma Modernização Reflexiva, legando-nos as ameaças da sociedade de risco, que é uma fase do desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial (BECK, 1997: 15). O resultado mais radical ocorre quando as instituições da sociedade industrial tornam-se produtoras e legitimadoras das ameaças que não podem controlar. Isto nos leva também a repensar os instrumentos da Teoria Social para enfrentar esse dilema, posto que, assim como os homens, essa ciência encontra-se sob os efeitos das contingências do mundo, devotando-se um esforço provisório que se renova constantemente por não poder oferecer garantias eternas. Como observa Leis (2000: 3): “Nas últimas décadas a realidade pisou no acelerador, mudando vertiginosamente para rumos desconcertantes, mas paradoxalmente a Sociologia começou a pisar no freio, ficando presa a paradigmas que, em função do anterior, tornaram-se cada vez mais obsoletos”.

DESAFIOS DA TEORIA SOCIAL NA MODERNIDADE

Aventuramo-nos a buscar na discussão sobre a modernidade reflexiva, que Beck (1997) e, principalmente, Anthony Giddens (1991; 1996; 1997; 1999) realizam, uma fonte para o debate sobre as **probabilidades** do desenvolvimento na atual fase da modernidade. Acreditamos nas possibilidades da inteligibilidade que o conceito nos fornece, por onde não se faz necessário partilhar do otimismo de Giddens quanto ao futuro da modernidade por uma *terceira via*⁹. Mas o que se destaca aqui é que Giddens (1991) procura desenvolver uma análise institucional da ambigüidade da vida moderna, centralizando a discussão nos temas de *segurança versus perigo* e *confiança versus risco*, que caracterizariam essa fase da modernização reflexiva. Observa-se que, através do desenvolvimento a longo prazo do sistema industrial, criou-se um mundo onde predomina a incerteza artificial, a modernização reflexiva, que se contrapõe à “modernização simples” (GIDDENS, 1996: 95) cuja dominação impediu a revelação das incertezas, produzindo-se a imagem do progresso capitalista ou industrial como totalmente previsível, tanto nas teses conservadoras como nas revolucionárias.

A modernização reflexiva, período da alta modernidade, é determinada por grandes mudanças sociais. São as **consequências da modernidade** (GIDDENS, 1991), que irão desnudar o nível de insegurança, de perigo, enfim, a **sociedade de risco** (BECK, 1997), onde fenômenos como o impacto da globalização, as mudanças na vida cotidiana e pessoal e o surgimento da sociedade pós-tradicional escapam do escopo da modernidade ocidental e alcançam o mundo todo, e a um só tempo. Isso nos leva ao entendimento de que a modernização não transcorre de maneira única e

uniforme pelas diversas regiões do globo. Para Giddens (1996: 95), a globalização não é uma mera continuação da expansão do capitalismo e do Ocidente. Ela se investe de uma qualidade diferente, já que sua instantaneidade, ainda que paradoxal, inter-relaciona o global e o local e não tende a uma única direção, produzindo, também, novas formas de estratificação social, mas com conseqüências opostas em diferentes localidades. Por outro lado, Giddens não percebe uma homogeneização cultural como conseqüência da globalização, mas ao contrário, ele considera que nesse nível são produzidas as diásporas culturais (GIDDENS, 1996: 96).

Um fato que caracteriza a nova realidade globalizada pós-tradicional da modernidade radicalizada é o **desencaixe**, ou seja, o esvaziamento dos contextos locais de ação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço, produzindo uma forte destradicionalização (GIDDENS, 1991: 29). Isso implica a conformação da abstração e da generalidade com a constituição de *sistemas peritos* e *fichas simbólicas*⁰. Estes elementos caracterizam bem o distanciamento produzido na alta modernidade e dão origem a instituições cuja atuação abrange vastas distâncias e depende de mecanismos de coordenação temporal-espacial novas, baseadas na *confiança*, fornecidas por esse sistema de peritos. Neste sentido, Giddens observa que sob o duplo impacto das influências da globalização e destradicionalização, diversos aspectos da vida cotidiana ficaram esvaziados de habilidades desenvolvidas localmente, sendo invadidos por sistemas peritos de conhecimento, pois os sistemas abstratos incluem não só a tecnologia, mas também qualquer forma de conhecimento perito que substitua as artes ou capacidades locais (GIDDENS, 1996: 111).

Nota-se, aí, a radicalização do desencaixe, que começa a se consolidar com a modernização simples e acelera-se na modernização reflexiva e com o advento da globalização. Torna-se necessário, então, o estímulo por parte dos técnicos e políticos da confiança ativa, ou seja, no contexto da *incerteza artificial*, urge fomentar confiança nos outros ou em instituições. Esta deve ser ativamente produzida e negociada. Está-se aí frente a um paradoxo: o projeto iluminista que visava produzir um controle crescente do mundo pelo acúmulo de conhecimento se auto-desfez, uma vez que a acumulação gerou crescente incerteza, mutabilidade e **reflexividade** (DOMINGUES, 1998: 215), construindo, assim, mais sistemas abstratos, exigindo a confiança dos cidadãos.

Isto posto, não se pode renunciar ao conhecimento para lidar com o mundo, o que é, na verdade, impossível. No entanto, pode-se confiar e excluir a temeridade dos riscos dos acontecimentos futuros para outra instância, ou tornar-se ciente dos riscos e sofrer as conseqüências da consciência da contingência, isto é, sofrer o mal da “consciência infeliz” (BRÜSEKE, 1998: 7). Mas, ainda assim, o controle e reparo dos danos são fundamentais à reorganização da modernidade. Em Giddens, isto fica claro diante de suas proposições do “realismo utópico”, via geração de confiança ativa e da política de vida (GIDDENS, 1991; 1996; 1999). Assim, apesar de perceber toda a turbulência que a modernidade apresenta, com riscos e perigos, o autor propõe que tal fato “tem servido para fazer mais do que simplesmente enfraquecer ou nos forçar a provar a suposição de que a emergência da modernidade levaria à formação de uma ordem social mais feliz e mais segura. A perda da crença no ‘progresso’, é claro, é um dos fatores que

fundamentam a dissolução de ‘narrativas’ da história. Há, aqui, entretanto, muito mais em jogo do que a conclusão de que a história ‘vai a lugar nenhum’ ” (Giddens, 1991: 19). O otimismo triunfante em Giddens atrai inúmeras críticas,¹¹ mas não é intuito deste trabalho analisar essa polêmica. Para a presente discussão, cabe-nos captar o entendimento produzido por Giddens —que tem como fonte primeira a idéia desenvolvida por Beck sobre a sociedade de risco¹²— a respeito da modernidade como sendo inerentemente reflexiva. Ou seja, Giddens compreende que, neste estágio, o progresso pode se transformar em auto-destruição, onde um tipo de modernização destrói o outro e o modifica. Portanto, está-se diante da possibilidade de se reinventar, ou repensar, a civilização industrial, ao se sugerir uma (auto) destruição criativa. (BECK, 1997:12).

Ao partir desta idéia, Beck faz questão de frisar que não quer se aproximar do discurso marxista, que defende a latência da mudança social, nem do funcionalismo, que defende a imanência da mudança social, mas propor que as mudanças que hoje acompanhamos não decorrem necessariamente de uma revolução *strictu sensu*, da crise, ou da transformação social. Elas talvez superem esses momentos, podendo ocorrer de forma **não intencional** e sem influência política, reforçando o alto grau da contingência que desafia as teorias sociais até então fundamentadas nas instituições modernas (fóruns de decisões políticas, democracia etc.), as quais, em concomitância, também se “desmancham no ar”. Pois as teorias sociais viam o futuro como a possibilidade de se dominar e ultrapassar a contingência inicial (como vimos em Elias) e produzir uma sociedade segura, alavancada pelo progresso. Porém, no seu desenrolar, ela se transforma, tornando alguns aspectos da sociedade industrial socialmente e politicamente problemáticos (BECK, 1997: 16), originando a sociedade de risco. A radicalização da modernidade abre caminho para uma outra modernidade, cuja transição “ocorre de forma **indesejada, despercebida e compulsiva** (grifo dos autores), no despertar do dinamismo autônomo da modernização, seguindo o padrão dos efeitos colaterais latentes” (BECK, 1997: 16). Em parte, isso ajuda no entendimento que se quer obter aqui, da incerteza do planejamento conduzido pelas Teorias do Desenvolvimento tradicionais, e a necessidade de revê-las diante desse novo entendimento. Isto se vincula à reafirmação de que a sociedade de risco não foi em si uma opção, mas decorrente da continuidade dos processos de modernização autônoma, “que são cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças” (BECK, 1997: 16).

Por isso, Beck observa que a subpolítica (BECK, 1997) resulta de um renascimento não institucional do político, paralelo ao vazio político das instituições. Assim, ao invés de um processo de despolarização, para o autor, isso significaria a disseminação de um engajamento político e de um ativismo derivado da política que migrou do parlamento para grupos de pressão unidirecionados na sociedade (ecologismo, movimento de mulheres etc.). Numa análise otimista, Beck retoma a observação que fizera em *The Risk Society* (1986), de que as questões de risco são questões de ordem, e, portanto, passíveis de uma solução positiva pela auto-crítica, ao reconhecer as próprias incertezas geradas e a imprevisibilidade. Mas o que se quer chamar atenção é para a provocação que se coloca às ciências, principalmente as sociais: “Será que a nova imprevisão e desordem fabricadas sofrerão oposição segundo

o padrão do controle racional instrumental —ou seja, recorrendo às velhas ofertas da sociedade industrial (mais tecnologia, mercado, governo etc.)? Ou se iniciam aqui um repensar e uma nova maneira de agir, que aceitam e afirmam a ambivalência — mas então, com conseqüências de longo alcance para todas as áreas da ação social?”

Aí se impõe um desafio amplo: desenvolver mecanismos de análise que possam entender os problemas fundamentais postos há tempos à humanidade, como o desenvolvimento social, que vimos, acirra-se na época moderna, quando a Teoria Social produziu discussões importantes, mas que, hoje, vê limitada a sua atuação, deixando-nos a interrogação de como acompanhar e resolver o dilema. Como se tem observado, as proposições são vastas e ainda não se tem uma resposta única, mas crê-se que uma possibilidade está, diante do entendimento da modernização reflexiva, na necessidade de se produzir interpretações que acompanhem as descontinuidades da modernidade e possam originar um corte com o evolucionismo social. Pois, ao manter o caráter que hoje a imobiliza, perdem-se de vista as descontinuidades produzidas pela grande rapidez e ritmo de mudança da vida moderna, assim como a singularidade dessas instituições. Porém, não se deve negligenciar as fontes culturais/hermenêuticas do ser moderno, ou, ainda, a vida cotidiana das pessoas comuns, igualmente relevantes no processo, como alerta Scott Lash (1997: 237).

Nessa realidade, onde o futuro parece imprevisível, uma possibilidade que também surge no reino da contingência é o redimensionamento daquela idéia de progresso, que deve ser tratado como um fato banal. Ou seja, apenas como uma perspectiva aberta de aperfeiçoamento, podendo ou não acontecer, ou nem mesmo ser identificado pelos homens. Como uma opção aberta, deve guardar a possibilidade de acontecer, e não tê-lo como uma tendência necessária. Isto é, a construção de uma nova idéia de progresso deve ser pensada tendo em conta a sua relatividade e dinâmica a partir de um processo concreto, particular, abolindo um padrão externo, universal e absoluto (SZTOMPKA, 1998: 77). Mas o escopo da mudança deve atingir, de modo geral, a todos os esforços científicos, não se restringindo ao campo das Ciências Sociais, que, pelo que se assiste, está marcado pelo relativo “atraso” em acompanhar as mudanças, conforme amplo debate sobre o tema. E se o *leitmotif* de nossa época é a crise, como já sublinhamos, cabe entendê-la num plano maior, incluindo as ciências naturais, e, num outro prisma, tornando maleável o conceito de paradigma, pois já não é possível pensar na atividade científica como uma simples seqüência de novas descobertas, teorias e paradigmas interpretativos, gerados na evidência empírica e pela razão. Também nas ciências naturais observa-se a inclusão das noções de probabilidade, incerteza e risco em diversas disciplinas, “colocando em questão tanto a visão popperiana da ciência quanto a busca do experimento crucial, quanto a descrição de Thomas S. Kuhn da ciência normal” (SCHARTZMAN, 1991: 80).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, um caminho de discussão do desenvolvimento inclui rever, ou descartar, a crença no mito do desenvolvimento amparado nas dimen-

sões ilimitadas do crescimento, asseguradas nas atividades econômicas que acabaram por gerar riscos individuais e globais em nome de um progresso que prometia generalizar-se a toda humanidade através do avanço da ciência e da técnica, mas que não se realizou dessa forma. Como já alertava Furtado há mais de duas décadas: “O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova cabal de que o desenvolvimento econômico —a idéia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos*— é simplesmente irrealizável” (FURTADO, 1996: 88). O que vemos é uma sociedade que, pautada no princípio da escassez, transforma-se em uma sociedade progressivamente saturada, diante de incongruências e efeitos não visados, produzindo e distribuindo de forma desigual, riscos sociais e ambientais. Certamente, isso demonstra o esgotamento do estilo atual de desenvolvimento, não só do fator econômico e ambiental, mas também daquele referente à justiça social.

Portanto, discutir o desenvolvimento, hoje, é estar disposto a deixar de lado grande parte do instrumental que a Ciência Econômica e, também, as Ciências Sociais entronizaram para decifrar e planejar a modernidade econômica. Pois a força analítica dos modelos explicativos dessas ciências entra em crise ao se confrontar com o cenário da alta contingência, desestabilizando as certezas no nível prático ou teórico. E isto é reafirmado pela crise institucional que se abate sobre o sistema burocrático de Estado, que leva consigo as esperanças de sacramentar o Bem-Estar às expensas do Estado. Isso não deve servir como empecilho às conquistas sociais, pois pode, por outro lado, gerar a redefinição de atuação e temas (“sub-política”) a serem debatidos na sociedade.

O que está em jogo não é somente delimitar uma alternativa de desenvolvimento equilibrado e preocupado em livrar o planeta dos riscos suscitados, “mas sobretudo encetar uma discussão no campo conceitual que livre a própria noção de desenvolvimento de dúbias interpretações (BRITO, 1999a). O que nos faz avançar na observação do fato de que os problemas ambientais constituem-se também em desafios para resolver as questões de “iniquidade social e de desigualdade na distribuição de poder inter e transnacional” (GUIMARÃES, 1995: 120). Assim, diante da “desorganização” da modernidade, que tem tornado improvável seu planejamento, as incertezas sobre o caminho a construir deve reforçar, também, o entendimento de que a elaboração de alternativas de desenvolvimento tem que considerar a especificidade e limitações de seu alcance.

BIBLIOGRAFIA

- ACSELRAD, H. (consultor) **Sustentabilidade, Discursos e Disputas – Diálogo IBASE-WEED**. Rio de Janeiro, 1995
- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.

- ALTVATER, E. **O Preço da Riqueza**. São Paulo, UNESP, 1995.
- BAUDRILLARD, J. **A Sombra das Maiorias Silenciosas**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio., 1993.
- BECK, U. "A Reinvenção da Política: Rumo a uma Teoria da Modernização Reflexiva". IN: BECK, U.; GIDDENS, A. & LASH, S. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BERMAN, M. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- BRITO, D.C. **A Modernização da Superfície**. Tese de Doutorado. Pará, Belém, NAEA, UFPA, 1999..
- BRITO, D.C. "A Paradoxal Unidade do Discurso do Desenvolvimento". IN: ALTVATER, E. et al. **Terra Incógnita: reflexões sobre globalização e desenvolvimento**. Belém, UFPA/NAEA. pp. 175-202, 1999a.
- BRUNDTLAND, G.H. et al **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- BRÛSEKE, F. J. **A Lógica da Decadência**. Belém, Cejup, 1996.
- BRÛSEKE, F.J. **A Técnica e os Riscos da Modernidade**, Florianópolis, UFSC, 2001.
- BRÛSEKE, F. J. **Formas Irracionais de Pensar: o pensamento místico**. mimeo
- CONDORCET **Esboço de um Quadro dos Progressos do Espírito Humano**. Campinas, SP, UNICAMP. (Coleção Filosofia), 1993
- DOMINGUES, J.M. **Sociologia e Modernidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- DOMINGUES, J.M. "Reorganizando a Modernidade". *Lua Nova*, n. 45, 1998
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, Vol I, 1993.
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, Vol II, 1994.
- FERREIRA DOS SANTOS, J. **O que é Pós-Moderno**. 10. ed. São Paulo : Brasiliense (Primeiros Passos), 1991.
- FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. **The Entropy Law and Economic Process**. Cambridge, London: Harvard University Press, 1971.
- GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991
- GIDDENS, A. **Para Além da Esquerda e da Direita**. São Paulo, UNESP, 1996.
- GIDDENS, A. "A Vida em uma Sociedade Pós-Traducional". IN: BECK, U.; GIDDENS, A. & LASH, S. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- GIDDENS, A. **A Terceira Via**. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- GUIMARÃES, R.P. "O Desafio Político do Desenvolvimento Sustentado". *Lua Nova*, n.35, 1995.
- HABERMAS, J. **Teoría de la Acción Comunicativa**. Madrid, Espanha, Taurus Ediciones (Tomos I e II), 1987 a.
- HABERMAS, J. "A Nova Intransparência". *Novos Estudos CEBRAP*, n.18, set. pp. 103-114, 1987b.

- HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- HABERMAS, J. "Modernidade - Um Projeto Inacabado". In: ARANTES, O. & ARANTES, P. **Um Ponto Cego no Projeto Moderno de Jürgen Habermas**. São Paulo: Brasiliense, pp. 99-123, 1992.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edição Loyola, 1993.
- HEGEL, G. **Fenomenologia do Espírito**. São Paulo, Ed. Nova Cultura. (Os Pensadores), 1996.
- HIRSCHMAN, A.O. "Auge y Ocaso de la Teoria del Desarrollo". *Revista El Trimestre*. Princeton: Instituto de Estudios Avanzados, 1986 a.
- KANT, I. **Textos Seletos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.
- LASH, S. "A Reflexividade e Seus Duplos: estrutura, estética, comunidade". IN: BECK, U.; GIDDENS, A. & LASH, S. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- LEIS, H.R. **A-Ventura-Mor da Política: uma análise das teorias e práticas do ambientalismo**. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), 1996. Mimeo.
- LEIS, H.R. **A Tristeza de Ser Sociólogo no Século XXI**. GT de Teoria Social, XXIV Encontro Anual da ANPOCS, 2000: Caxambú, MG. 2000. Mimeo.
- LÉLÉ, S.M. "Sustainable development: a critical review". *World Development*, 19 (6), 607-621, 1991.
- LÖWI, M. "A Escola de Frankfurt e a Modernidade", *Novos Estudos CEBRAP*, n. 32, março 1992, pp. 111-118.
- LYOTARD, J.F. **O Pós-Moderno**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.
- PRIGOGINE, I.; STENGERS, B. **A Nova Aliança**. Brasília, Ed. Da UNB, 1984.
- PRIGOGINE, Y. **O Fim das Certezas**. São Paulo, UNESP, 1996.
- RIBEIRO, T. G. **Impasses na Modernização: o fim das certezas nas teorias do planejamento do desenvolvimento**. Belém/ UFPA, dissertação de mestrado, 2000.
- ROBERTISON, R. **Globalização: Teoria Social e Cultura Global**. Petrópolis/RJ, Vozes, 2000.
- SCHWARTZMAN, S. "O Lugar das Ciências Sociais no Brasil dos anos 90". IN: ROMENY, H. & BIRMAN, P. (orgs). **As Assim Chamadas Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1991.
- SZTOMPKA, P. **A Sociologia da Mudança Social**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- WEBER, M. **História Geral da Economia**. São Paulo: Abril Cultura (Os Pensadores), 1980.
- WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.
- WEBER, M. (1991). "Religião e Racionalidade Econômica". IN: COHN, G. (org.). **Weber**. São Paulo, Editora Ática, pp. 142-159 (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1991.

NOTAS

¹ Conforme Kuhn (1991: 13), paradigma são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.

² LEIS, ao caracterizar esse novo projeto civilizatório que surge com o ambientalismo, entende que o primeiro momento envolve um fenômeno de natureza estético-cultural, pois a busca de outro sentido histórico para a realidade “implica não simplesmente um cálculo do tipo racional ou material, senão também uma preferência de gosto (uma estética)” (LEIS, 1996: 73).

³ “Removal of poverty (the tradicional developmental objective), sustainability and participation are really the three fundamental objectives of the SD paradigm. Unfortunately, the manner in which these objectives are conceptualized and operationalized leaves much to be desired” (LÉLÉ, 1991: 614).

⁴ Cunhado pelos pós-modernistas como os amplos esquemas interpretativos que tendem a obscurecer diferenças importantes, não reconhecendo as diversas formas de alteridade que emergem das diferenças de subjetividade, gênero, raça, classe etc.

⁵ Os supostos teóricos que orientam as teses pós-modernas são várias, tanto quanto são diversas as correntes que as compõem. Mas Ferreira dos Santos aponta três fontes principais: a Semiologia, na medida em que trabalham com as sociedades pós-industriais baseadas na informação, ou seja, no signo; o “ecletismo Marx com Freud”, ao fundir aspectos pouco conhecidos de suas obras (um bom exemplo é o elaborado pelo filósofo Gilles Deleuze e o psicanalista Félix Guatari, numa de suas principais obras “O anti-édipo”); e no pensamento desenvolvido por F. Nietzsche, que em fins do século XIX produzia inflamado debate com a modernidade, ao enfatizar o profundo caos da vida moderna e a impossibilidade de lidar com esta nova realidade ancorada no pensamento racional.

⁶ “On the contrary, what typifies those countries is an aborted modernity project, whereby the Ideals of Enlightenment such as Freedom, Equality and Fraternity are further out of reach than they ever were in the North. The equating of the failure of the modernity project in the South to a post-modern situation exhibits a far-reaching naivety and leads to a political demobilisation and conservatism”. (SCHUURMAN, 1993: 26)

⁷ Desde 1986, quando Ulrich Beck publicou o livro “A Sociedade de Risco” (*The Risk Society*, Londres, Sage, 1992) assiste-se a uma discussão sobre o risco e seus vínculos com a sociedade moderna. Também tomam parte desse debate, Anthony Giddens (1991) e Scott Lash (1997).

⁸ Elias observava que a visão otimista do século XIX se sustentava na crença do papel transformador que as classes industriais principais carregariam em seu devenir, na expectativa de um futuro melhor e no progresso da humanidade. Assim, tanto conservadores liberais (burguesia), como os progressistas, defensores dos trabalhadores, davam o tom otimista às teses desenvolvimentistas daquela época. Posição contrária ao recrudescimento do ideal nacional, no Pós-Guerra, que entoa um tom pessimista do progresso no século XX. (Elias, 1994: 226)

⁹ Por ela o autor tenta transcender tanto a social-democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo (Giddens, 1999), e acomodar as duras proposições do capitalismo e da democracia liberal, o que gera diversas críticas ao projeto “realista utópico”.

¹⁰ Por fichas simbólicas, Giddens (1991: 30) define os meios de intercâmbio que circulam sem levar em conta as características dos grupos ou indivíduos. Um exemplo significativo é o dinheiro, que se desenraíza do mercado, lembrando-nos do conceito utilizado por Polanyi (1980) ao analisar o desenraizamento da economia de mercado do contexto social, em fins do século XIX. Hoje se observa o exemplo do dinheiro, com o seu desligamento das esferas monetárias reais de acumulação, sendo fundamental para o desencaixe da atividade econômica atual. Já o sistema de peritos (*experts systems*) são os sistemas de excelência técnica, ou competência profissional, que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje, oferecendo garantias/confiança das nossas perspectivas, ao mesmo tempo em que removem as relações sociais das imediações de seu contexto (Giddens, 1991: 34-6).

¹¹ Veja a crítica de autores como Roland Robertson (2000) e demais autores pós-modernistas, assim como a polêmica com Lash (1997), resultante da discussão em torno do foco ao tema das instituições, em detrimento do aspecto cultural, para caracterizar a modernização reflexiva.

¹² Ulrich Beck (1986). *Risk Society*. Londres, Sage.